

Acervos indígenas nos museus do Brasil e no mundo

Indigenous collections in museums in Brazil and around the world

Recebido em: 24/01/2025

Aprovado em: 17/04/2025

Daiara Tukano

[Sobre a autora >>](#)

RESUMO

Os museus brasileiros se espelharam nos museus europeus, cuja grande maioria constituiu seus acervos durante os períodos coloniais e dos impérios, o que os torna hoje mundialmente reconhecidos pela diversidade de peças reunidas ao redor do mundo: peças antigas retiradas de seus territórios e de contextos originários de existência. Apresentamos um panorama da situação dos acervos indígenas brasileiros nos museus etnográficos, cujo acesso é parte relevante da garantia ao direito à memória e verdade destas populações, assim como do conjunto da sociedade brasileira na construção de sua identidade e memória nacional. Priorizam-se alguns dos museus mais relevantes do ponto de vista etnográfico no país e no mundo e questiona-se: onde se encontram estas importantes testemunhas do patrimônio brasileiro e o quanto elas são acessíveis aos seus detentores originários e à população nacional? Por fim, pontuam-se alguns dos principais desafios para a constituição de uma política de repatriação dos patrimônios indígenas do Brasil..

Palavras-chave: Povos indígenas; patrimônio; museus; reparação; repatriação

ABSTRACT

Brazilian museums have mirrored the construction of European museums, the vast majority of which built their collections during the colonial and empire periods, which makes them world-renowned today for the diversity of pieces gathered from around the world: ancient pieces taken from their territories and original contexts of existence. The article presents an overview of the situation of Brazilian indigenous collections in ethnographic museums, access to which is an important part of guaranteeing the right to memory and truth for these populations, as well as for Brazilian society as a whole in the construction of its national identity and memory. We prioritized some of the most important ethnographic museums in the country and the world: where are these important witnesses of Brazilian heritage and how accessible are they to their original holders and to the national population? Finally, we highlight some of the main challenges for the creation of a Policy for the Repatriation of Brazil's Indigenous Heritage.

Keywords: Indigenous peoples; heritage; museums; reparation; repatriation.



Introdução

O Brasil tem cerca de 1,7 milhão de pessoas indígenas pertencentes a 305 povos, falantes de mais de 274 línguas, de acordo com os dados do Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O país é o quinto maior em extensão territorial e também o que possui a maior diversidade cultural e linguística do mundo. No entanto, esta riqueza ainda não é amplamente reconhecida pela população nacional. Esta lacuna se deve aos processos históricos de formação do Estado nacional, no qual a população indígena foi uma das últimas a conquistar seus direitos cidadãos no processo de construção democrática do país.

Apresentamos um panorama da situação dos acervos indígenas brasileiros nos museus etnográficos, cujo acesso é parte relevante da garantia ao direito à memória e verdade destas populações, assim como do conjunto da sociedade brasileira na construção de sua identidade e memória nacional. Priorizamos mencionar aqui alguns dos museus mais relevantes do ponto de vista etnográfico no país e no mundo, deixando de lado, nesse momento, acervos de museus indígenas, acervos indígenas de museus de arte e museus arqueológicos.

Os museus históricos nasceram em um contexto de construção narrativa de passado e projeção de futuro de um Estado em formação. Foram se edificando como espaços de memória e de construção de um imaginário coletivo, para afirmar sua identidade e um projeto de nação.

Os museus brasileiros se espelharam nos museus europeus, cuja grande maioria constituiu seus acervos durante os períodos coloniais e dos impérios, o que os torna hoje reconhecidos pela diversidade de peças reunidas ao redor do mundo: peças antigas retiradas de seus territórios e de contextos originários de existência.

Diante desses fatos históricos, nos perguntamos sobre qual o atual estado dos acervos indígenas no país e no mundo: onde se encontram estas importantes testemunhas do patrimônio brasileiro e o quanto elas são acessíveis aos seus detentores originários e à população nacional?

Acervos indígenas em museus do Brasil

Os museus brasileiros surgem no início do século XIX, com a criação do Museu Nacional, em 1818, no Rio de Janeiro, composto de acervos, primeiramente, de tendência naturalista, e a estes, aos poucos, foram acrescentadas algumas peças etnográficas. Vale notar que as peças etnográficas anteriores a este período se encontram em sua maioria fora do Brasil, e que, depois do incêndio do Museu Nacional, essas coleções fora do território nacional assumem uma importância crítica para a memória e cultura dos povos indígenas.

Entre os principais guardiões de acervos encontram-se as seguintes instituições:

Museu Nacional do Rio de Janeiro

Fundado em 1818, contava com mais de 40 mil peças etnográficas; após o incêndio, ocorrido em 2018, conta atualmente com cerca de 3.200 peças e tem como órgão gestor a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), portanto, ligado ao Ministério da Educação (MEC).

Museu de Arqueologia e Etnografia da Universidade de São Paulo (MAE)

Fundado em 1989, conta com aproximadamente 150 mil peças etnográficas, além de 850 mil peças arqueológicas. Entre as principais coleções etnográficas, destacam-se as coleções de Claude Lévi-Strauss, Cândido Rondon, Curt Nimuendajú, Lux Vidal. É gerido pela Universidade de São Paulo (USP).

Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)

fundado em 1911, conta com cerca de 15 mil peças etnográficas de 120 povos e cerca de 1,5 milhão de itens arqueológicos da região amazônica. É gerido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal.

Museu Nacional dos Povos Indígenas

Fundado em 1953, conta com mais de 20 mil peças etnográficas e 20 mil publicações especializadas (incluindo 400 peças raras), assim como um acervo imagético e documental de 300 mil itens, no Centro Audiovisual Indígena do Museu do Índio (Caudi/ Funai). O acervo iniciado com a coleção de Darcy Ribeiro também conta com coleções formadas pelos próprios indígenas desde os anos 1980, como as coleções de trançados dos indígenas Xyhcaprô Krahô, Jacalo Kuikuro e Julia Macuxi, bem como as de plumárias, de Talukumã Kalapalo e Arrula Waurá, e a grande coleção de cerâmica de Quitéria Pankararu. É gerido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), ligada até 2023 ao Ministério da Justiça e, atualmente, ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI).

Museu do Estado de Pernambuco (Mepe)

Fundado em 1929, conta com mais de 14 mil peças em seu acervo, no entanto, não disponibiliza publicamente em seu site a quantidade de peças etnográficas. Entre suas principais coleções constam: a coleção etnográfica Carlos Estevão (mais de 3.000 itens: cerca de 2.250 objetos, de 59 povos indígenas, e cerca de 1.200 fotografias colecionadas entre 1909 e 1947; inclui peças arqueológicas de cerâmica marajoara, de Maracá e Santarém, material lítico da região do Pará, Pernambuco e Ceará, e peças etnográficas de plumária, cestaria, cerâmica e armaria indígena coletadas no século XX); a coleção do Comendador Baltar (cerâmicas, armas, instrumentos musicais, máscaras, cocares, tangas, brincos e outros objetos utilitários ou de adorno de diversas etnias amazônicas, como os Karajás, Cachibés e Anurinús, além de cerâmicas marajoaras). É gerido pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe).

Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás/UFG

Fundado em 1969, conta com aproximadamente 5.300 peças etnográficas, reunindo coleções de objetos representativos dos

povos ancestrais da Região Centro-Oeste do Brasil (Apinajé, Aweti, Javaé, Kaiabi, Kamaiurá, Karajá, Krahô, Tapirapé, Txicão, Waurá, Xerente) e coleções de objetos ligados a projetos de pesquisa sobre a cultura popular no estado de Goiás. É gerido pela UFG.

Museu do Índio. Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Fundado em 1987, conta com cerca de 2.500 peças etnográficas e é gerido pela UFU.

Memorial dos Povos Indígenas – Distrito Federal

Fundado em 1987 conta com mais de 2.000 peças etnográficas; suas principais coleções são as de Berta Ribeiro e Eduardo Galvão. Recebeu recentemente uma coleção de peças apreendidas pela Polícia Federal. É gerido pela Secretaria de Cultura do Governo do Distrito Federal (Secult-DF).

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (MAE Ufba)

Fundado em 1983, conta com 519 peças etnográficas e 50 mil peças arqueológicas. Tem como principais coleções: Xingu, pankararé, tuxá e waurá. É gerido pela Ufba.

Museu Paranaense (Mupa)

Fundado em 1876, não disponibiliza em seu site a quantidade de peças etnográficas de seu acervo. Conta entre suas principais coleções: João Américo Peret, José Loureiro Fernandes, Temístocles de Souza Brasil, Telêmaco Borba, Günther Tessmann, Wanda Hanke e Vladimir Kozák. É gerido pela Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (Seec).

É importante considerar também os acervos indígenas em museus privados, como:

Museu do Índio. Manaus, Amazonas

Fundado em 1952, conta em seu acervo com cerca de 3.000 peças etnográficas e pertence à Congregação das Irmãs Salesianas de Manaus - Igreja Católica/Vaticano.

Museu das Culturas Dom Bosco. Campo Grande, Mato Grosso do Sul

Fundado em 1950, conta em sua coleção mais de 5.000 peças etnográficas dos Povos Boe Bororo; também do Povo Kalapalo (Xingu); Povos de Mato Grosso do Sul; Povo Iny Karajá; Povo Xavante; Povos do Alto Rio Negro. Pertence à Congregação Salesiana do Mato Grosso - Igreja Católica/Vaticano.

Museu de Arte Indígena de Curitiba, Paraná (MAI)

Fundado em 2009, conta com mais de 1.500 peças etnográficas reunidas por Julianna Podolan Rocha Martins e é gerido pelo seu instituto.

Além dos acervos etnográficos e arqueológicos existem, ainda, importantes acervos documentais e audiovisuais relativos ao patrimônio cultural dos povos indígenas. Citamos: o Acervo Audiovisual Documental do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (Igpa-PUC), o Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da Universidade de São Paulo (Lisa-USP), a Cinemateca Brasileira, a Biblioteca Brasiliiana Guita e José Mindlin, o Instituto Moreira Salles e a Fundação Biblioteca Nacional.

Existem, além dos museus aqui citados, diversos acervos espalhados pelo Brasil. No entanto, é difícil encontrar uma listagem completa dos acervos atuais, o que aponta para a necessidade de um estudo mais completo e do esforço dos órgãos responsáveis para disponibilizar essas informações. Vale salientar que tais acervos

demonstram naturezas administrativas diversas: enquanto alguns são ligados a universidades federais e, portanto, ao Ministério da Educação, alguns podem estar ligados a outras autarquias federais – outros ministérios, ou secretarias estaduais e/ou municipais.

Ainda que alguns dos museus listados contem com grandes coleções, a maioria dispõe de espaços expositivos limitados; não há espaço físico adequado e recursos estruturais e técnicos que possam permitir a exibição completa de suas peças e torná-las de fato visíveis ao público de forma mais ampla. A falta de recursos financeiros, técnicos e humanos, constantemente alegada pelos órgãos públicos gestores da maioria das coleções, denota a ausência do Estado, e este coloca esses patrimônios em risco, assim como o descaso que provocou o incêndio do Museu Nacional, em 2018.

Acervos indígenas brasileiros no mundo

Objetos indígenas brasileiros passaram a ingressar em coleções de gabinetes de curiosidades europeus a partir do século XVI, com o advento da invasão das Américas. Estas coleções particulares, em sua grande maioria pertencentes às monarquias, passaram a compor acervos de museus nacionais e percorreram períodos imperiais e mais tarde repúblicas europeias.

As peças indígenas foram majoritariamente coletadas por exploradores, viajantes, missionários, comerciantes e colecionadores, os quais fizeram com que elas chegassem em diversos países – sem contar os que firmaram colônia nas Américas. A partir do século XX, com a institucionalização da antropologia no campo acadêmico, grandes acervos indígenas brasileiros também foram constituídos em outros países, como na América do Norte e na Ásia.

Entre os principais acervos internacionais podemos citar as seguintes instituições:

Museu Britânico – Londres, Inglaterra

Fundado em 1753, conta com 1,5 milhão de peças etnográficas entre elas 2.891 peças brasileiras; é gerido pelo Departamento de Cultura, Mídia e Esporte do Parlamento Britânico.

Museu Etnológico de Berlim, Alemanha

Fundado em 1886, conta com 500 mil peças etnográficas, entre elas 35 mil da América do Sul. Não disponibiliza em seus sistemas de pesquisa online a quantidade de peças brasileiras. Conta, entre suas principais coleções, a de Theodor Koch Grünberg. É gerido pelo órgão Coleções Estatais de Berlim.

Museu de História Natural Americana, Nova York, EUA

Fundado em 1869, conta com 500 mil peças etnográficas, entre elas ampla coleção das Américas, mas não disponibiliza maiores informações sobre a quantidade de peças brasileiras. É gerido pelo Conselho de Diretores (*Board of Trustees*), uma organização sem fins lucrativos, em parceria público-privada.

Museu Nacional do Índio Americano (Smithsonian), Washington D.C., EUA

Fundado em 1989, conta com 266 mil peças etnográficas, entre elas 3.074 peças brasileiras. Entre suas principais coleções está a da Expedição Morgan. É gerido pela Fundação Smithsonian – fundação público-privada em nível federal.

Peabody Museum de Arqueologia e Etnologia, Massachusetts, EUA, Harvard

Fundado em 1866, conta com 700 mil peças etnográficas, entre elas 2.212 peças brasileiras. Conta em suas principais coleções: peças indígenas do século XIX, algumas das quais coletadas por

Louis e Alexander Agassiz nas décadas de 1870 e 1880. É gerido pela Universidade de Harvard.

Cornell University, Anthropology Collections, Ithaca, NY, EUA

Acervo privado, fundado em 1872. Conta com 200 peças brasileiras, principalmente na coleção Charles Frederick Hartt (de peças marajoaras). É gerido pela Universidade Cornell.

Museu Pitt Rivers, Oxford, Pitt Rivers, Reino Unido

Acervo privado, fundado em 1884, conta com 660 peças brasileiras. É gerido pela Universidade de Oxford.

Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, Portugal

Fundado em 1965, conta com 11.600 peças etnográficas, porém não disponibiliza informações sobre a quantidade de peças brasileiras. É gerido pelo Museu Nacional de Portugal.

Etnográfico de Viena, Áustria

Fundado em 1876, conta com 200 mil peças etnográficas. Ainda que não disponibilize informações exatas sobre a quantidade de peças brasileiras, conta entre suas principais coleções: a de Johann Natterer, com 2.147 objetos brasileiros, e a Coleção da Baronesa Loreto, com 1.343 peças. É gerido pela KMH/Museums Verband, de contrato público-privado.

Museu da Cultura Mundial de Gotemburgo, Suécia

Fundado em 2004, conta com 100 mil peças etnográficas, entre elas 9.500 peças brasileiras. É gerido pela Agência Governamental Museus Nacionais da Cultura Mundial da Suécia.

Museu do Quai Branly Jacques Chirac, Paris, França

Fundado em 2006 a partir do acervo do antigo Musée de l'Homme, conta com 300 mil peças etnográficas. Não disponibiliza em seu site o número de peças brasileiras. É gerido pelo Établissement Public du Musée du Quai Branly – Jacques Chirac / Ministério da Cultura da França.

Museu das Civilizações, Roma, Itália

Fundado em 2016, reúne um acervo de mais de 2 milhões de peças artísticas, arqueológicas e etnográficas. Não disponibiliza em seu site informações sobre a quantidade de peças brasileiras. Conta entre suas coleções com um importante acervo de objetos do Mato Grosso do Sul e da Amazônia. É gerido pelo Ministério da Cultura da Itália.

Museu Nacional da Dinamarca, Copenhague, Dinamarca

Fundado em 1849. conta com 300 mil peças etnográficas, entre elas mais de 2.000 peças brasileiras, entre elas uma importante coleção Tupinambá. É gerido pelo Ministério da Cultura da Dinamarca.

Coleções Estatais de Arte de Dresden, Alemanha

Fundado em 2010 a partir da coleção do antigo museu Kunstkammer (fundado em 1560). Conta com 1.028 peças brasileiras. Entre suas principais coleções, há peças coletadas por Theodor Koch-Grünberg; é gerida pelo Escritório Estadual de Museus da Saxônia.

Museu Etnológico Missionário Dom Bosco, Roma, Itália

A data de fundação não consta em seu site oficial; conta com importantes coleções brasileiras. Reúne peças etnográficas coletadas ao redor do mundo pela congregação salesiana. Conta com coleções em museus na Argentina, Brasil, Chile, Equador e Japão, além de quatro sedes na Itália, todas geridas pela Congregação Salesiana da Igreja Católica/Vaticano.

Conhecidos mundialmente pela importância de suas coleções históricas, os museus europeus e norte-americanos se destacam pela amplitude de seus espaços expositivos e pelo tamanho de seus acervos. Neles podemos encontrar coleções brasileiras maiores do que em certos museus no Brasil. A maioria destes museus carece de um sistema de informação mais qualificado sobre seus acervos, o que dificulta o acesso à pesquisa e exige um protocolo de solicitação à informação, priorizado para o campo acadêmico. Assim como os museus no Brasil, os europeus possuem naturezas administrativas diversas, sendo em sua maioria considerados acervos públicos nacionais. Na América do Norte se destacam os acertos universitários, em grande parte geridos por parcerias público-privadas.

Referências de museus etnográficos na América Latina

Grandes acervos etnográficos passaram a ser construídos na América Latina a partir do século XX, enquanto instituições fundamentais para a valorização dos patrimônios indígenas e das culturas originais de nosso continente. Estes espaços de memória tornaram visíveis a importância dos povos indígenas ancestrais na construção das identidades nacionais e de um imaginário coletivo orgulhoso de suas origens, de seu território e da diversidade cultural de seus países.

Entre os principais acervos latino-americanos, citamos as seguintes instituições:

Museu Nacional de Antropologia do México, Cidade do México, México

Fundado em 1964, conta em seu acervo mais de 60 mil peças etnográficas, entre elas 15 mil peças expostas. O museu dispõe de 23 salas de exposição e cobre uma área de 79.700 m²; é gerido pelo Instituto Nacional de Antropologia e História (Inah).

Museu do Ouro de Bogotá, Colômbia

Fundado em 1938, conta com 52 mil peças etnográficas. São 6.000 peças expostas em dois andares de exposição permanente, além do andar de exposições temporárias, o andar de exploratório educativo e auditório de conferências. É gerido pelo Banco de la República de Colombia (banco central da Colômbia).

Museu Arqueológico Rafael Larco Herrera, Lima, Peru

Fundado em 1926, conta com 45 mil peças etnográficas, todas disponibilizadas na coleção online no site do museu. É gerido pela Fundación Museo Larco.

Museu Nacional de Etnografía e Folklore de La Paz, Bolívia

Fundado em 1925, conta com 33.730 peças etnográficas, entre elas 12.898 peças orgânicas, 10.629 inorgânicas, 10.203 miscelâneos. Organiza a Reunião Anual de Etnologia (RAE) e é a instituição que mais abriga coleções de itens da cultura popular do país. É gerido pela Fundación Cultural del Banco Central de Bolívia.

Museu Chileno de Arte Precolombino, Santiago de Chile, Chile

Fundado em 1981, conta em seu acervo mais de 10 mil peças etnográficas, entre elas 3.000 peças em exposição permanente. Possui uma biblioteca especializada em arte pré-colombiana, arqueologia, antropologia e pré-história das Américas, com um acervo de cerca de 10 mil livros, 500 títulos de periódicos e 2.000 textos complementares. É gerido pela Fundación Museo Chileno de Arte Precolombino.

Os museus do México, Colômbia, Peru, Bolívia e Chile, aqui citados pela importância de seu reconhecimento em escala nacional

e internacional, se destacam ainda pela relevante população indígena presente em seus países. Mesmo que, em sua maioria, mantenham uma natureza antropológica, estes museus mantêm grandes espaços expositivos e ampla visitação. Além das instituições citadas, existem outros grandes acervos nesses países, o que demonstra certa política de valorização nacional das culturas indígenas.

Diante do panorama de coleções etnográficas nacionais e estrangeiras aqui apresentadas, podemos meditar sobre os desafios enfrentados no Brasil para alcançar uma valorização mais ampla das culturas indígenas por meio do acesso de um público mais amplo aos patrimônios indígenas nacionais.

Desafios dos acervos indígenas do Brasil

Apesar da notória relevância do patrimônio indígena existente nas coleções etnográficas dispersas no país, os museus brasileiros não dispõem de espaços expositivos amplos capazes de expor a riqueza e diversidade desses acervos.

Uma das missões do museu enquanto instituição de memória de cunho científico, educativo e cultural, é permitir o acesso amplo da sociedade às coleções por meio das visitas às exposições. Com este acesso, os objetos e os conhecimentos relacionados vão se fazendo presentes no cotidiano da população, permitindo a ampliação do imaginário coletivo sobre os povos originários. As visitas às exposições de peças do acervo são uma forma essencial de sensibilizar os mais diversos públicos para a valorização dos povos indígenas e seus patrimônios, a exemplo dos museus existentes na Europa, cuja visitação diária é impressionante.

A manutenção física dos acervos é de importância nacional. A inestimável perda da coleção do Museu Nacional e de outras coleções que queimaram no Brasil, denota a ausência do Estado e da ingerência dos órgãos responsáveis, e os principais prejudicados são os povos indígenas, os detentores originários destes patrimônios.

É preciso assegurar recursos para a adequação das estruturas físicas dos museus com sistemas climatizados, controle de umidade,

filtragem do ar: os acervos em regiões tropicais necessitam de isolamento adequado para a preservação das peças orgânicas que pedem especial atenção quanto à conservação, observação da temperatura, pressão e umidade. O controle de pragas e fungos deve ser constante e acompanhado por equipes técnicas especializadas, equipadas e orientadas para os protocolos de restauro e conservação.

Para além da dificuldade de manutenção e do acesso aos acervos brasileiros, tanto para o conjunto da população nacional, mas em particular para as populações indígenas (que tiveram esses objetos retirados de seus territórios em distintos contextos de violência), é importante assegurar o acesso virtual às coleções: são necessárias a estruturação e manutenção dos sistemas de informação, com equipamentos robustos para armazenamento adequado das coleções digitais e sua duplicação (backups); armazenamento em nuvem; equipamentos e equipe técnica para digitalização dos livros de registro administrativo dos acervos, como os livros-tombo, inventários e os livros de registro de visitação.

A requalificação dos acervos e atualização da catalogação das coleções indígenas são necessárias de modo a permitir o acesso amplo e organizado dos povos originários ao seu patrimônio cultural. Historicamente, as coleções etnográficas são organizadas por tipologia, função, etnia, categoria artesanal e pesquisa contextual, associando coleções a dados etnográficos de campo, iconográficos, bibliográficos e audiovisuais. Para além da dificuldade em obter informações junto às instituições, conceitos como “etnografia”, “objeto etnográfico”, “coleção etnográfica” podem assumir entendimentos diferentes. Nem sempre os colecionadores tiveram uma orientação etnográfica em sua formação, e as coleções são fruto de doações aleatórias. Coleções etnográficas podem estar inseridas ou ser reconhecidas como históricas, como coleções de cultura popular, ou nas categorias do sistema de arte – pintura, escultura, etc. Outras dificuldades na organização dos acervos são: catalogações que separam os usos e funções; ausência de dados organizados por povo (muitas vezes, as peças de um povo estão dispersas e nem sempre cruzadas, uma vez que muitas coleções se organizam a partir da lógica do pesquisador que as formou); catalogação por rio ou área geográfica, sem o registro do nome do povo, entre outros.

É crucial a existência de uma parceria com o protagonismo dos povos indígenas detentores desses patrimônios para a requalificação das coleções existentes nos museus etnográficos, tal como vemos acontecer em iniciativas do Museu Nacional dos Povos Indígenas (Funai), uma vez que a promoção do acesso físico e digital às coleções indígenas é uma política de reparação do direito à memória e à verdade dos povos originários.

É preciso fortalecer as iniciativas já existentes voltadas para a instrumentalização dos museus brasileiros com sistemas digitais que possam aperfeiçoar a gestão e a catalogação de seus acervos, permitindo a difusão integrada dos patrimônios indígenas, como o sistema livre Tainacan – plataforma online para a criação de repositórios digitais e difusão dos acervos digitais. O Programa Acervo em Rede, criado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), em 2013, busca justamente promover a democratização do acesso digital aos bens culturais musealizados, promovendo, também, a digitalização e a documentação dos acervos dos museus na internet.

É necessário adotar sistemas integrados para atualizar e compatibilizar os mecanismos de catalogação dos diferentes instituições museais no país. Tal procedimento permite o compartilhamento de informações, além de revisar e/ou incluir novos campos para a catalogação de metadados e arquivos relacionados para a (re)qualificação dos acervos a partir de uso de padrões, normas e instrumentos técnicos da documentação que considerem as perspectivas indígenas, incluindo, por exemplo: o nome dos povos indígenas ao qual a peça pertence, nome da(s) comunidade(s) e território(s) a que pertence; o nome de quem o produziu, caso seja pertinente; o nome do objeto na(s) língua(s) indígena(s) etc. Por fim, é fundamental que exista um portal de busca integrada que reúna todos os acervos indígenas hoje dispersos nas centenas de museus do país.

A elaboração de protocolos de acesso aos acervos indígenas deve ser realizada com consulta livre, prévia e informada junto às comunidades indígenas, como previsto por lei, de forma a assegurar o respeito aos seus usos, costumes e tradições – por exemplo, sobre quais peças podem ser acessíveis ao público ou precisam ser restritas àquele determinado povo.

Para atualizar os sistemas que organizam as coleções digitais dos diferentes museus é necessária a articulação entre o Ibram e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Ministério da Cultura, e outros ministérios, como o da Educação. Esta é a orientação dada por parte do Estado brasileiro, da perspectiva de seus povos originários, para assegurar a democratização do acesso às coleções.

Os museus etnográficos brasileiros carecem de recursos humanos para a pesquisa, e também de técnicos, como arquivistas, restauradores, museólogos e profissionais em Tecnologia de Informação. Estas instituições precisam considerar a importância da contratação prioritária de profissionais indígenas e fomentar a formação especializada destes para atuar nos museus, assim como considerar espaços de interlocução permanente com os representantes dos demais povos, como os conselhos indígenas.

Por fim, planos museológicos devem ser criados e/ou atualizados considerando os direitos garantidos por lei aos povos indígenas sobre seus patrimônios culturais, propriedade intelectual e patrimônio genético.

Para além dos desafios técnicos dos museus etnográficos no Brasil, é de fundamental importância considerar a renovação das abordagens curatoriais na exposição dos acervos, de forma a construir uma abordagem em diálogo com os direitos humanos dos povos indígenas. É preciso qualificar os contextos históricos das peças apresentadas, e contemplar as realidades contemporâneas e cosmovisões dos povos detentores desses patrimônios.

A construção de programas educativos, com formação de conteúdos dinâmicos e atuais, é essencial para um diálogo qualificado com o público. A publicação e disponibilização de atividades didático-pedagógicas destinadas à comunidade escolar é um caminho aberto para a transformação da relação da sociedade com as culturas indígenas.

O diálogo com as comunidades, educadores, escolas e museus indígenas nos seus territórios é um exercício necessário para tornar os museus mais amplos em seu desempenho enquanto instituições guardiãs da memória e patrimônio nacional. Pois é nesses

espaços que estão sendo germinadas as novas gerações de pensadores às quais está reservado o protagonismo em relação àquilo que lhes é próprio.

Por uma política de repatriação dos patrimônios indígenas do Brasil

O debate sobre a repatriação de objetos indígenas aos seus territórios de origem tem sido crescente no mundo nas últimas décadas. Recentemente, o Brasil celebrou o retorno do manto Tupinambá, doado pelo Museu Nacional da Dinamarca ao Museu Nacional, graças à solicitação de lideranças do povo Tupinambá, pois eles haviam requerido a devolução da peça desde o ano 2000, quando o manto circulou na exposição *Brasil 500 anos*, na cidade de São Paulo. Esse gesto inaugurou uma discussão em escala nacional sobre a restituição de peças indígenas no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas (fundado em 2023), em diálogo com o Ministério da Cultura, o Ministério da Educação (responsável pelo Museu Nacional) e o Ministério das Relações Exteriores.

O manto, reconhecido enquanto uma das mais antigas e raras peças do patrimônio indígena brasileiro, fora levado à Europa pela Companhia das Índias Ocidentais em 1644, durante a ocupação holandesa no Brasil. Chegou na Dinamarca em 1689 como um presente entre monarquias e passou a fazer parte das coleções de raridades que mais tarde formaram o acervo do museu nacional dinamarquês. Atualmente, existem onze mantos Tupinambás, em diferentes estados de conservação – os outros dez encontram-se em museus da Bélgica, França, Itália e Suíça. São testemunhos históricos da Guerra da França Antártica e do processo de colonização do Brasil, da invasão dos territórios indígenas e do esbulho de seus patrimônios.

Os primeiros relatos sobre o povo Tupinambá marcaram o imaginário europeu. Os povos indígenas do Brasil, nos textos como o de Hans Staden, foram ilustrados com gravuras que os mostravam como selvagens antropófagos e cruéis. Representações como estas funcionaram como um meio de justificar a imposição da “civiliza-

ção” europeia no dito “Novo Mundo” ou “as Índias”, logo apelidadas de “Américas”.

O povo Tupinambá, conhecido por ser um dos povos de primeiro contato no território que veio a se tornar Brasil, tem uma história de resistência de 500 anos à violência de uma narrativa colonial que chegou a considerá-lo extinto, após submetê-lo a um severo processo de genocídio. No século XX, tornou a se fortalecer, com a formulação dos direitos indígenas durante a redemocratização do Brasil e a Constituição de 1988. Desde então, seguem em constante luta pelo reconhecimento e demarcação de seu território, a retomada de sua língua e a reconstrução de sua memória, resistindo em diversos estados brasileiros, principalmente na Bahia, que também apresenta um dos mais altos índices de violência contra lideranças indígenas.

O patrimônio histórico do povo Tupinambá é bastante reduzido em relação a povos de mais recente contato, no entanto, sua experiência não é distinta daqueles povos que fizeram contato antes do século XX. Os objetos indígenas coletados entre 1500 e o século XIX – o período das regências da coroa portuguesa e o Império do Brasil, cuja grande maioria se encontra hoje em território europeu – chegaram por vias diversas: primeiramente, enquanto esbulhos das guerras da França Antártica, mas sobretudo pelo tráfico mercantil de objetos considerados “exóticos”, para compor os antigos “gabinetes de curiosidades reais”, como foi o caso dos onze mantos Tupinambá e de outras peças hoje presentes em museus de Portugal, França, Holanda e Dinamarca.

O contato com os povos indígenas para a ocupação das Américas foi, a princípio, protagonizado pelas missões católicas em parceria com as igrejas europeias. Os missionários, como corpo de trabalho encarregado de “civilizar” aqueles então considerados “selvagens”, foram encarregados de introduzir as línguas e crenças europeias, proibindo de modo sistemático as línguas e práticas indígenas, com isso se apoderando de uma quantidade significativa de objetos ceremoniais e os levando para seus acervos próprios. Tais objetos até hoje estão presentes no Vaticano e outros museus de países então católicos, como Portugal, Espanha e Itá-

lia. Além dos objetos em si, nos acervos dessas missões constam importantes documentos de registros administrativos geridos por essas instituições.

Com a instalação da corte portuguesa no Brasil, missões de cunho científico para reconhecimento do território nacional também formaram coleções naturalistas e etnográficas. Formadas por artistas, cientistas e exploradores vindos de coroas relacionadas às famílias regentes, as missões não encontravam limites à apropriação indébita. Estas importantes coleções acabaram parando nos acervos de países como Áustria e Alemanha. Já durante o curto período imperial brasileiro, com o surgimento do Museu Nacional, patrimônios indígenas passaram a ser exibidos e presenteados a acervos europeus, como os expostos durante a Exposição Universal, de 1900.

Desde então, e ao longo do século XX, com a estruturação da antropologia enquanto área de conhecimento científico, passaram a se formar acervos reconhecidamente etnográficos em diversos países, como França e Inglaterra, mas também na América do Norte, em especial nos Estados Unidos, levados por pesquisadores por meio de seus trabalhos de campo junto às comunidades que eram seus “objetos de estudo”. Neste mesmo período, forma-se a maioria dos acervos etnográficos do Brasil, até hoje em constante crescimento e reconstrução.

Um fator comum a todos estes períodos históricos foi a alienação aos povos originários de seus patrimônios culturais, sejam eles de natureza material ou imaterial, sendo tratados primeiramente enquanto “selvagens”, “menos que humanos” ou “objetos de estudo”. Vale salientar que até a publicação do Estatuto do Índio, em 1973, os indígenas eram considerados “incapazes” e viviam sob a tutela do Estado, disposição jurídica alterada apenas em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, quando se incluiu, graças à articulação do emergente movimento indígena nacional, o Capítulo VIII, que dispõe sobre os direitos indígenas, e coloca no Art. 231:

São reconhecidos aos “índios” sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

A conquista de 1988 foi possível por conta de vasta articulação internacional dos movimentos indígenas, tendo a seu favor: a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948); a Convenção para o Fomento das Relações Culturais Interamericanas (1954); a Declaração dos Princípios e da Cooperação Internacional (1966); e a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972).

Mas foi com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho para Povos Indígenas e Tribais (1989), assinada pelo Brasil em 2002, que foi possível dar entrada numa construção mais ampla de novos marcos legais sobre os direitos culturais dos povos indígenas no Brasil, como: o registro de bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, Iphan, via Decreto Nº 3.551, de 04 de agosto de 2000.

Com a gestão de Gilberto Gil na pasta do Ministério da Cultura, em 2003, teve início um diálogo direto com o movimento indígena, e este finalmente começou a incluir suas demandas de forma estruturada a partir da I Conferência Nacional de Cultura, em 2005.

Desde então, os direitos culturais dos povos indígenas constam nos autos do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) – Decreto Nº 5.520, de 2005; na Comissão Nacional de Política Indigenista – Decreto de 22 de março de 2006; na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Decreto Nº 5.753, de 12 de abril de 2006; na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Indígenas (PNPCT) – Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007; na Lei 11.645, de 10 de março de 2008, sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na Lei de Diretrizes e Bases (LDB); na II Conferência Nacional de Cultura, de 2010; no Plano Nacional de Cultura – Lei Nº 12.343, de 2010; na criação do Colegiado Setorial para as Culturas Indígenas, de 2010; na Lei da Política Nacional de Cultura Viva, Nº 13.018, de 22 de julho de 2014; na publicação do Plano Setorial de Culturas Indígenas 2010/2012; na III Conferência Nacional de Cultura, de 2013; na I Conferência Nacional de Políticas Indigenistas de 2015; e na IV Conferência Nacional de Cultura, de 2024.

Nesses marcos legais nacionais e internacionais é possível acompanhar a construção das políticas culturais para os povos indí-

genas. Políticas estas de reparação necessária diante das graves violações aos direitos humanos cometidas ao longo do processo colonial e mesmo da formação do Estado brasileiro. O relatório da Comissão Nacional da Verdade, realizada entre 2012 e 2014, apontou a gravidade dos crimes cometidos contra as populações indígenas durante a ditadura militar (1964-1985) e orientou para a necessidade de se construir uma política de combate ao racismo estrutural contra os povos indígenas – racismo este presente na sociedade brasileira até hoje.

O papel e a responsabilidade dos museus diante desse panorama apontam para a necessidade do engajamento dessas instituições, dentro e fora do Brasil, em direção a um acesso amplo e justo à memória e verdade dos quais todos somos herdeiros.

Ainda que o termo “repatriação” cause estranhamento para muitos, é importante compreender que se trata de um debate em processo de construção, no qual o cerne está em como reparar as violências herdadas do processo colonial não apenas para os povos indígenas, mas para o conjunto da sociedade, seja ela nacional ou internacional.

Enquanto são construídos os processos jurídicos e diplomáticos para a existência de uma legislação nacional e internacional sobre a repatriação, é importante compreender que esta se tece em várias etapas, sendo a primeira delas uma leitura sobre o panorama atual dos acervos indígenas: quantas peças os constituem, onde se encontram, qual seu atual estado de conservação, como funciona sua catalogação e, sobretudo, qual seu grau de acessibilidade ao público em geral, mais ainda aos seus detentores originários – os povos indígenas ancestrais.

Num segundo momento, é fundamental considerar a importância das colaborações diplomáticas, técnicas e científicas para que esses acervos se tornem cada vez mais acessíveis, permitindo a renovação de narrativas obsoletas, assim como de dinâmicas de poder que mantêm a inacessibilidade aos acervos e à informação, apenas reafirmando a dinâmica do saque intermitente dos patrimônios indígenas.

O acesso à informação, cada vez mais facilitado pelas novas tecnologias, é uma ferramenta fundamental para um diálogo mais

honesto com os povos indígenas, uma vez que grande parte dos acervos se encontra fora do território nacional: a Restituição Digital dos acervos é um primeiro passo para construir a possibilidade de devolução física de peças importantes para seus detentores originaários, caso estes a desejarem.

O contato com as peças e registros históricos mantidos nos acervos dos museus é crucial para a manutenção e fortalecimento das culturas indígenas, para as quais o processo de repatriação não se limita à devolução ao território nacional, mas se expande na retomada e valorização dos usos, práticas e saberes ancestrais, o que constitui o verdadeiro processo de reparação que apenas pode ser protagonizado por nós, povos indígenas.

Cabe aos Estados arcar com a responsabilidade histórica sobre as violações cometidas contra as populações indígenas num gesto democrático; e tecer relações que possibilitem um diálogo aberto entre os museus em nível nacional e internacional para melhor gestão de seus acervos e de sua institucionalidade enquanto centros de patrimônio e memória.

Para construir uma política concreta de repatriação no Brasil, é necessário, afinal, que haja espaços aptos a receber os acervos que hoje se encontram no estrangeiro. Chega a parecer absurdo que um país com as dimensões continentais do nosso, com a maior quantidade de povos e línguas indígenas do planeta, não tenha sequer um espaço representativo à altura da diversidade indígena nacional, que possa ser visitado pelo público nacional e internacional. Todos os nossos acervos nacionais pedem e merecem uma reestruturação que lhes permita ter o reconhecimento da sociedade.

Entre todos os espaços museológicos brasileiros, o Museu Nacional dos Povos Indígenas, antigo Museu do Índio, criado em 1953 por Darcy Ribeiro, foi concebido como o primeiro museu da América Latina voltado para o combate ao preconceito e racismo anti-indígena. Hoje, o MNPI integra a estrutura da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, sendo o órgão responsável pela execução nacional da Política Cultural para os povos indígenas brasileiros, enquanto órgão de cunho científico-cultural da Funai. É responsável pela salvaguarda do patrimônio material e imaterial dos povos indígenas, dos acervos arquivís-

ticos, museológicos e da política de editoração de publicações sobre memória e patrimônio cultural dos nossos povos originários. O acervo arquivístico da instituição contempla documentos a partir do final do século XIX, sendo considerado pela Unesco como Patrimônio Memória do Mundo por conter documentos e importantes registros históricos do violento processo de contato com o Estado, e dos processos de luta e resistência dos povos indígenas.

O Museu Nacional dos Povos Indígenas é o único museu brasileiro a contar com um sistema de acesso direto aos povos ancestrais através da estrutura Funai. Também se tornou pioneiro quanto ao grande acervo etnográfico dirigido por indígena no país. E não tem medido esforços, apesar da falta de recursos e da fragilidade de seus espaços físicos (a sede no Rio de Janeiro está fechada para reformas há uma década), para fortalecer o protagonismo indígena em todos os seus espaços. Acreditamos que o Museu Nacional dos Povos Indígenas tem legitimidade para crescer em todos os sentidos, e precisa adquirir um espaço físico maior e mais qualificado, assim como mais recursos técnicos e humanos para poder ser a instituição protagonista nos processos de repatriação e reparação dos patrimônios culturais indígenas no Brasil.

Memória é sentimento – minha experiência pessoal

Pertenço ao povo Yepá Mahsã, mais conhecido como Tukano, que habita a região da tríplice fronteira entre Brasil, Colômbia e Venezuela. Descendo do Clã Erëmiri Ahûsirõ Paramerã, de grandes conhcedores, mestres dos cantos e das cerimônias. Desde muito jovem ouvi de meu pai a história de como meu bisavô Erëmiri jogou no rio seu colar de pedra, e outros instrumentos ceremoniais, para que estes não fossem tomados pelos missionários salesianos... eles na época instalavam internatos para as crianças indígenas no Alto Rio Negro. Meu povo, como muitos outros, passou por uma violenta história de colonização, e hoje a maior parte desses objetos se encontra em museus: deixaram de ser produzidos e usados em nossos territórios devido à pressão das políticas integracionistas do Estado brasileiro. Pessoalmente, só tinha visto os colares de pedra nas fotografias de

Theodor Koch Grunberg, e nos registros de seus acervos levados para a Alemanha. A primeira vez que vi um colar de pedra foi numa visita ao antigo Museu do Índio: chorei de muita emoção, um misto de tristeza e alegria, injustiça e esperança. Desde então, passei pesquisar onde estavam as demais peças de meu povo nos museus ao redor do mundo, e as encontrei nos mais diversos países: Alemanha, Portugal, Itália, Áustria, Inglaterra, França, Estados Unidos e até no Japão. Dois anos passados dessa pesquisa, percebi que mais de 80% das peças de meu povo estavam de fato fora do Brasil. Se meu povo, que é relativamente mediano e pouco conhecido, enfrenta essa realidade, imagina qual é a situação dos demais povos indígenas? Hoje, em nossa região, são poucos os anciões que ainda guardam as rezas e cantos antigos. Há um século, as iniciações tradicionais foram proibidas, os que resistem e guardam algum conhecimento o fizeram à revelia de tudo e de todos. Foi essa consciência que me levou a querer desenvolver minha arte, a criar interesse pela cultura de meu povo, pela resistência do movimento indígena, pelos direitos humanos, e a pesquisar o direito à memória e à verdade. No dia daquela visita ao Museu do Índio, entendi que memória é sentimento, e que cabe a nós trabalharmos para que o sentimento cultivado seja de pertencimento, orgulho e alegria de sermos indígenas.

Resistiremos!

Este texto foi inicialmente apresentado no Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC/Minc), do qual faço parte enquanto representante das Culturas dos Povos Indígenas. Trechos e versões preliminares foram utilizadas em aulas, palestras, conferências e eventos realizados em universidades, museus e instituições culturais no Brasil e no exterior, como a Casa Rui Barbosa, USP, Unicamp e Sorbonne Nouvelle, na França. Uma versão foi divulgada em 5 de dezembro de 2024, no blog: <https://www.daiaratukano.com/>.

Daiara Tukano | Daiara Hori Figueroa Sampaio, Duhigô, do povo indígena Tukano – Yé’pá Mahsã, pertence ao clã Erémiri Ahûsirô Paramerã do Alto Rio Negro na Amazônia brasileira. Artista visual, é professora pesquisadora em História da Arte, mestre em Direitos Humanos (PPGDH/UnB) e conselheira nacional de cultura, representando os povos indígenas no CNPC/Minc. Email: daiaratukano@gmail.com. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5418425126162423>. | Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-7852-387X>.

[«< Voltar ao início](#)